

A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE E O PROJETO DE MEMÓRIA DE AARÃO REIS*

Cristiano Alencar Arrais **

Resumo. Este artigo procura analisar o projeto de memória elaborado por Aarão Reis, no período em que esteve à frente da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais. O termo “Projeto de memória” procura identificar o interesse e empenho em construir e preservar determinado significado do presente para as gerações futuras, o que se manifestou num cuidadoso processo de arquivamento e monumentalização de todos os tipos de vestígios capazes de registrar a importância daquele evento para a história. Tal projeto direcionou sua atenção especificamente para os instrumentos e suportes que fundamentaram a forma de representação da experiência temporal dos indivíduos. Destacaram-se, neste caso, três elementos: o interesse preservacionista, o interesse monumentalizador e a associação entre a imagem de Aarão Reis e a de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Representação do tempo; História urbana.

THE CONSTRUCTION OF BELO HORIZONTE AND THE AARÃO REIS MEMORY PROJECT

Abstract. This article aims to analyze the memory project organized by Aarão Reis when he led the New Minas Gerais State Capital Building Commission. The term *memory project* seeks to identify the interest and effort in constructing and preserving a given meaning of the present, for future generations, which manifested itself in a careful archiving and monumentalization of all sorts of remains capable of recording the importance of that event for history. The project directed its attention specifically to the instruments and supports that based the form of representation of temporal experience of individuals. In this particular case, three elements stand out: the preservationist interest, monumentalist interest, and the association of the images of Aarão Reis and Belo Horizonte.

Keywords: Belo Horizonte; Representation of time; Urban history.

* Artigo recebido em 26 de maio de 2010 e aprovado em 07 de dezembro de 2010.

** Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

LA CONSTRUCCIÓN DE BELO HORIZONTE Y EL PROYECTO DE MEMORIA DE AARÃO REIS

Resumen. Este artículo procura analizar el proyecto de memoria elaborado por Aarão Reis, durante el período en que estuvo a cargo de la Comisión Constructora de la Nueva Capital del Estado de Minas Gerais. El término proyecto de memoria trata de identificar el interés y el empeño en construir y preservar determinado significado del presente para las generaciones futuras, puesto de manifiesto a través de un cuidadoso proceso de archivo y monumentalización de todos los tipos de vestigios capaces de registrar la importancia de dicho evento para la historia. Este proyecto dirigió especialmente su atención a los instrumentos y soportes que fundamentaron la forma de representación de la experiencia temporal de los individuos. Aquí se destacan tres elementos: el interés preservacionista, el monumentalizador y la asociación entre la imagen de Aarão Reis y la de Belo Horizonte.

Palabras Clave: Belo Horizonte; Representación del tiempo; Historia urbana.

INTRODUÇÃO

Mesmo um lugar que aparenta ser puramente material, como um depósito de arquivos, não seria um lugar de memória se a imaginação não o investisse de uma aura simbólica (P. NORA, *Lieux de mémoire*, 1984).

A construção da cidade de Belo Horizonte é um tema recorrente dentro da historiografia mineira. Muitos foram os ensaístas, romancistas e historiadores que se debruçaram sobre esse objeto, procurando compreender aquele processo e inseri-lo num campo de inteligibilidade suficientemente seguro. A primeira dessas tentativas de explicação foi produzida pelo padre Francisco Martins Dias, que em 1897 publicou uma coletânea de pequenos ensaios intitulada “Memória histórica e descritiva de Belo Horizonte”, em que se propôs reconstituir os primeiros anos da construção da nova capital mineira através de um esquema explicativo que situava a mudança da capital dentro de uma dinâmica contínua entre o antigo Curral del Rei e a nova e moderna capital que surgiria de seus escombros. Poucos anos depois, Abílio Barreto também se debruçou sobre o tema em seu clássico “Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva”. Trabalhando com um esquema explicativo próximo da visão do padre Dias, Barreto desenvolveu a ideia de uma evolução progressiva, civilizadora e contínua entre a história de Minas Gerais e a construção da nova capital.

Outros trabalhos, situados no interior de esquemas analíticos oriundos de universidades e outras instituições de pesquisa, realçaram outros elementos que compunham este objeto. O estudo realizado por Resende (1974; 1982)¹ sobre as lutas regionais relacionadas aos novos grupos econômicos que emergem na segunda metade do século XIX e anseiam pelo poder é, talvez, o exemplo mais evidente. A partir dessa sólida base historiográfica, pesquisas recentes descortinaram outras dimensões daquele acontecimento histórico, como, por exemplo: a pesquisa de Julião (1992), que ressaltou a proposta de tornar a nova capital mineira um marco para a instalação de novos padrões de civilidade, baseada numa civilização industrial; a de Salgueiro (2001), que destacou a influência do pensamento *hussmanniano* no projeto de construção de Belo Horizonte, assim como as modalidades de apropriação dos modelos de racionalidade europeu; e a de Passos (1996), que propôs uma leitura dos relatórios de Aarão Reis a partir do conceito de centralidade, cujos fundamentos estão nos princípios filosóficos comteanos.

Apesar das expressivas diferenças no tratamento explicativo sobre a necessidade de construção de uma nova capital para Minas Gerais e das dimensões abordadas, os três são unânimes em situar o caráter racional do empreendimento: existiu uma visão de mundo, e mesmo uma filosofia da história que regeu todo o processo de escolha, planejamento e execução da Cidade de Minas, cujo fundamento estava na filosofia positivista ou na influência do pensamento urbanístico moderno, do século XIX. Acredito, porém, ser possível encontrar um espectro de interesse que modelou os instrumentos e procedimentos técnicos e ideológicos que foram analisados pela historiografia e que teve uma ascendência nas decisões tomadas pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital tão grande quanto teve este primeiro.

¹ Muito embora merecessem uma análise mais detalhada, para os estreitos limites deste trabalho, opto por uma descrição geral do estado da arte no que concerne ao tema da construção de Belo Horizonte. Além das obras mencionadas no corpo do texto, outros trabalhos também merecem menção. São os casos dos trabalhos pioneiros de Paul Singer, revelador das contradições envolvendo a ideia da mudança da capital como um mecanismo capaz de estabelecer a unidade geográfica, econômica e política do território; de Le Vem, dispondo sobre a proposta de industrialização implícita no projeto de mudança da capital; e de Ozório, versando sobre o projeto de modernização conservadora dos grupos políticos localizados na região central de Minas Gerais em reação ao crescimento econômico da zona da Mata e Sul (SINGER, 1977; LE VEN, 1977; OSÓRIO, 1981).

A este espectro denomino *projeto de memória*: um interesse e empenho específico do grupo diretor da construção de Belo Horizonte em construir e preservar para as gerações futuras determinado significado do presente, que se manifestou num cuidadoso processo de arquivamento e monumentalização de todos os tipos de vestígios capazes de registrar a importância daquele evento para a história. O termo *projeto*, aqui adotado, procura identificar as expectativas de sentido que estão fixadas no conjunto das fontes tomadas para esta análise, ou seja, o interesse de apropriação do sentido do presente e de constituição de um quadro interpretativo que assegure sua continuidade no futuro. Dessa forma, direciono minha atenção especificamente para os instrumentos e suportes que fundamentam a forma de representação da experiência temporal dos indivíduos. Essas representações podem estar concretizadas em monumentos, edifícios, sistemas urbanos inteiros, ou escondidos atrás de um discurso sobre o presente, que pretende fixá-lo como uma realidade objetiva, como verdade incontestada para as gerações futuras. No caso específico de Belo Horizonte, estes elementos constituem, em seu conjunto, um lugar de memória nas três dimensões examinadas por Pierre Nora: a material, a simbólica e a funcional:

Mesmo um lugar que aparenta ser puramente material, como um depósito de arquivos, não seria lugar de memória se a imaginação não o investisse de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de estudante, um testamento, uma associação de antigos combatentes não entra nesta categoria caso não seja objeto de um ritual. (...) Os três aspectos convivem sempre. (...) Lugares, portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente relacionados à vida e à morte, ao tempo e à eternidade, na espiral do coletivo e do individual, do profano e do sacro, do imutável e do modificável (NORA, 1984, p. 34-35).

A relação entre o conceito de Nora e minha proposta analítica é aventada porque, assim como os estudos daquele autor, o termo *projeto* tematiza a forma como ocorre esse ponto de encontro entre o presente e futuro. A própria constituição daquele conceito obedeceu a uma preocupação específica, como esclarece o autor: um contexto sociopolítico marcado pela consciência da ruptura com certo equilíbrio anteriormente existente, a fragmentação da memória e, conseqüentemente, a ruptura com uma identidade anteriormente existente. Esse “equilíbrio anterior” assegurava, segundo Nora, a conservação da transmissão dos valores e, ao mesmo tempo, a passagem

do passado para o futuro. Evidentemente, a comparação entre o contexto de análise de Nora e o contexto de construção de Belo Horizonte é impensável nos termos com os quais recorto meu objeto, mas, no limite, é a esse tipo de campo de experiência, marcado pelo sentimento de aceleração, que pretendo me referir.

Por outro lado, a dimensão da intencionalidade do termo *projeto* pode ser percebida nos arquivos deixados pela Comissão Construtora: suas relações mais imediatas e, ao mesmo tempo, profundas entre coisas, pessoas ou ideias que, no fundo, pretendem constituir um sentido *no, em e para* o mundo. Isso porque, sabedor que era da importância do empreendimento para o qual fora contratado – tanto em relação ao contexto político regional, como à própria história do urbanismo brasileiro – o engenheiro-chefe Aarão Reis, ao mesmo tempo em que dava os passos iniciais para a construção de Belo Horizonte, seguia certas premissas que julgava capazes de orientar o tipo de interpretação a partir do qual a sua obra e as suas ações seriam julgadas:

a) preservar para as futuras gerações todos os vestígios do processo construtivo, visando, ao máximo, evitar perdas para a memória da construção da nova capital;

b) fixar, na memória da região e da Nação, a nova capital como símbolo da modernidade e do progresso (político, moral e técnico) pelo qual passava o País;

c) construir uma relação indissociável entre a obra executada e o homem que a executou, associando todo o processo construtivo de Belo Horizonte aos princípios morais que eram caros àquele que o concebeu.

a) Evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo

Como cumprir a função legada por Heródoto à história, a qual ainda hoje constitui a essência do trabalho do historiador, num ambiente fadado a constantes mudanças, portanto, ao completo esquecimento enquanto referência como foi o caso dos primeiros anos da construção de Belo Horizonte? Esse era um problema que deveria ser enfrentado pelo chefe da Comissão Construtora. Para resolvê-lo, Aarão Reis estabeleceu como primeiro recurso, um processo de arquivamento de todo o material produzido pela Comissão Construtora, de tal forma que "todo" o passado pudesse ser recuperado, tal como um percurso para os homens do

presente. A produção dos documentos da Comissão Construtora obedecia a uma ordem expressa:

De todos os trabalhos organizados nesta secção [1ª Seção da 3ª Divisão] devem ser tirados três cópias autenticadas, que serão remetidas, por meio de memorando ao Primeiro Engenheiro. Uma dessas cópias será imediatamente recolhida ao arquivo técnico e as outras duas serão remetidas pelo Primeiro Engenheiro, oficialmente à Secretaria, para os fins convenientes (INSTRUÇÕES, 9 dez. 1892. Grifos originais). ²

Além disso, em cada uma das quatro divisões da Comissão Construtora, existia um escritório destinado ao arquivo dos documentos produzidos por sua respectiva divisão e encarregado da “correspondência oficial, organização dos relatórios mensais e anuais, registro do pessoal, confecção das folhas de pagamento e do ponto geral dos operários e jornaleiros, e mais trabalhos de administração e de escritório”. A Comissão Construtora contava ainda com um arquivista técnico, na Primeira Seção, a quem competia “organizar o arquivo metodicamente, registrando, em protocolo especial todos os papéis e desenhos que receber, de modo que tornem-se fáceis as pesquisas (...) Manter o arquivo sempre na melhor ordem, não deixando sair nem um documento sem o competente recibo de ordem superior” (INSTRUÇÕES, 09 dez. 1892). É necessário pensar o itinerário que foi proposto pela organização administrativa da Comissão Construtora e que possui relação direta com a volumosa e diversificada quantidade de documentos preservados sobre o processo de construção de Belo Horizonte. Destaca-se naquela Instrução o alto grau de burocratização e hierarquização a que estava submetida a Comissão Construtora da nova capital, tendo Aarão Reis como centro das decisões; mas destaca-se também o interesse preservacionista das ações praticadas por aquela comissão, fossem elas direta ou indiretamente relacionadas à construção de Belo Horizonte. Isso pode ser percebido tanto na diversidade de documentos indicados para arquivamento, quanto na ordem expressa de preservar e conservar a documentação produzida por cada Seção. Ao interesse na centralização dos trabalhos e na conservação documental adiciona-se o interesse publicista de Aarão Reis. Esse interesse está evidenciado, por exemplo, em outros tipos de fontes encontradas nos arquivos da Comissão, por exemplo, nas reproduções do traçado urbano de Belo Horizonte:

² Por recomendação do revisor do periódico, todas as citações dos documentos de Aarão Reis foram gramaticalmente atualizadas [nota do editor].

É minha tenção mandar fazer primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no país, para facilitar a venda dos primeiros lotes; preparo porém, outra redução, mais cuidada e com a topografia local, a fim de mandar reproduzi-la, no estrangeiro, circulada por gravuras de vistas atuais deste arraial, de alguns edifícios em construção e projetadas, tipos da futura arborização da cidade, seus arruamentos de maneira a dar uma ideia do que virá a ser a nova cidade (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 1, 1895, p. 04).

Além disso, era sua intenção, também, confeccionar um “Álbum de Vistas” com o objetivo de demonstrar, nos meios políticos nacionais, os trabalhos até então realizados e aquilo que se planejava fazer, como demonstram as imagens que compõem aquele documento. O Álbum, que adiante será objeto de uma análise mais detida, teve exemplares enviados, por exemplo, para o Ministério da Indústria e para o Senado Federal, no Rio de Janeiro (CARTAS, 14 jan. 1896; 02 jul. 1896). Quanto às reproduções da planta da nova cidade, há que observar o cuidado com que Aarão Reis distingue entre um interesse comercial momentâneo, identificado em seu intuito de dinamizar a exploração fundiária da nova cidade, e outra, explícita na proposta de reprodução de outro tipo de planta, mais cuidadosa, atenta aos detalhes reveladores das orientações estéticas e urbanísticas do processo construtivo.

Outra ferramenta utilizada por Aarão Reis em sua disposição publicista reforça o interesse do engenheiro na preservação dos vestígios que estavam sob seu controle e - portanto, sob a orientação de seu ponto de vista: a utilização intensiva de registros fotográficos do caminhar das obras. Elas estão presentes nos dois volumes da *Revista Geral dos Trabalhos*, de 1895, o relatório das operações realizadas por Aarão Reis, contendo uma série de informações técnicas, relatórios, cadernetas de campo, estudos de triangulação, mapas, cálculos geodésicos, de coordenadas, contábeis, tabelas de temperatura e umidade, além de ilustrações de algumas construções como pontes e edifícios públicos. Inseridas ao longo desse discurso tecnicista estavam imagens de personagens que contribuíram para a construção da nova capital. Afonso Penna, Bías Fortes, Padre Paraíso, David Campista e João Pinheiro são algumas das personalidades inseridas nestes relatórios, cada qual com uma legenda explicativa de sua importância para a construção de Belo Horizonte. As imagens eram de tal forma importantes para Aarão Reis que, no interior da estrutura burocrática da Comissão Construtora, o engenheiro-chefe criou um setor específico, com encargo preciso:

O Gabinete fotográfico executou variados serviços de sua responsabilidade, fornecendo grande número de provas positivas, já de diversas vistas do arraial e das suas principais habitações atuais, que servirão de recordação deste arraial, quando transformado em cidade moderna (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 2, 1895).

Realmente, o Gabinete fotográfico, até o ano de 1895, parece ter cumprido sua função, produzindo, segundo registrou a Revista Geral dos Trabalhos, 1790 fotografias do processo de construção da nova capital de Minas Gerais. Além disso, o engenheiro deixou a cargo de um fotógrafo particular, Erhard Brand, a confecção de um álbum fotográfico, que deveria conter um número mínimo de 25 vistas “do arraial do Belo Horizonte e das várias obras projetadas para a Nova Capital” e 5.000 exemplares (CONTRATO, 29 abr. 1895). As 29 imagens ali incluídas eram, em sua grande maioria, direcionadas para construções e os projetos em execução da nova capital, como, por exemplo, a planta geral da cidade, a estação General Carneiro, a Estação Central, o Palácio Presidencial e seus principais detalhes, como a escadaria interna do Congresso, além das Secretarias de Estado, do Parque Municipal, do Restaurante e do Observatório Meteorológico (ÁLBUM, s/d.).

A intenção, tanto dos dois volumes da Revista Geral dos Trabalhos, como do Gabinete Fotográfico e do Álbum Fotográfico, é explícita: preservar para o futuro os vestígios do momento presente, de cada etapa e de cada progresso realizado pela equipe construtora. As fotografias serviriam, neste sentido, de “recordação” da transformação pelo qual passava o arraial de Curral D’El Rey, e de “prova positiva” por meio do qual poderia ser explicada a transição entre a Tradição e a Modernidade, entre o “antigo arraial” e a “cidade moderna”. Essa perspectiva é retomada no texto de despedida de Aarão Reis, da Comissão Construtora:

Julgando da mais alta conveniência, não só para habilitar o governo a julgar da execução e progresso dos trabalhos incumbidos á esta Comissão (...) como também dá-los a conhecer á população deste Estado, ficando ao mesmo tempo registrados os métodos e processos empregados, já nos estudos, já na execução das variadas obras e serviços, o histórico da [ilegível] da construção da nova capital, as observações meteorológicas, os fatos mais dignos de memória, as plantas e algumas reproduções, por fotografia, das atuais construções, que deem ao futuro, uma ideia do que em o arraial

do Belo Horizonte, e, bem assim, das que vão levantar (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 2, 1895, p. 08 – ortografia atualizada).

Como é possível perceber, a sistemática de arquivamento e preservação documental (registros sobre os métodos empregados, as obras, observações que auxiliaram tecnicamente na construção, assim como os “fatos dignos de memória”) cumpre um objetivo claro e comum à consciência histórica compartilhada por Reis: através do conhecimento “positivo” do passado, fixado nos documentos preservados, nortear o julgamento dos homens do presente e do futuro. É necessário que atentemos então para aquilo que o engenheiro-chefe chama de “fatos dignos de memória”, especialmente captados pelos registros fotográficos. As imagens produzidas pelo Gabinete Fotográfico nos fornecem os indícios fundamentais da representação intencionada. Nesse sentido, é possível destacar, tanto no discurso de Reis quanto nas fotografias, um procedimento dicotômico, na medida em que sustenta uma perspectiva de mudança no tempo: “que deem ao futuro, uma Ideia do que em o arraial do Belo Horizonte, e, bem assim, das que vão levantar”. As imagens também enfatizam esse procedimento. É importante notar que sua temática não se refere apenas ao processo construtivo em si, às obras realizadas, aos procedimentos construtivos aplicados e ao resultado do trabalho tecnificado que deu origem à nova capital, mas também à realidade imediatamente anterior à chegada da Comissão Construtora. Daí por que podem ser encontradas diversas imagens das edificações do antigo Curral D’El Rei entre os registros preservados.

Seguindo as lições de Samuel (1997) de que as fotografias são textos substanciais, capazes de produzir suas próprias narrativas, devemos resistir à tentação de identificar nas fotografias produzidas pela equipe construtora uma simples tentativa de reprodução do real. É importante identificar nelas as escolhas e os valores de seus produtores, visto que as imagens produzem a continuidade com o presente ou os parâmetros de dissolução do passado. Assim, para além de seu conteúdo, as fotografias podem ser vistas como objetos, como fruto de um determinado comportamento. Deve-se perguntar, conforme Menezes (2003), qual o objeto de observação e quais intenções individuais ou coletivas se escondem atrás das imagens, o que elas procuram narrar.

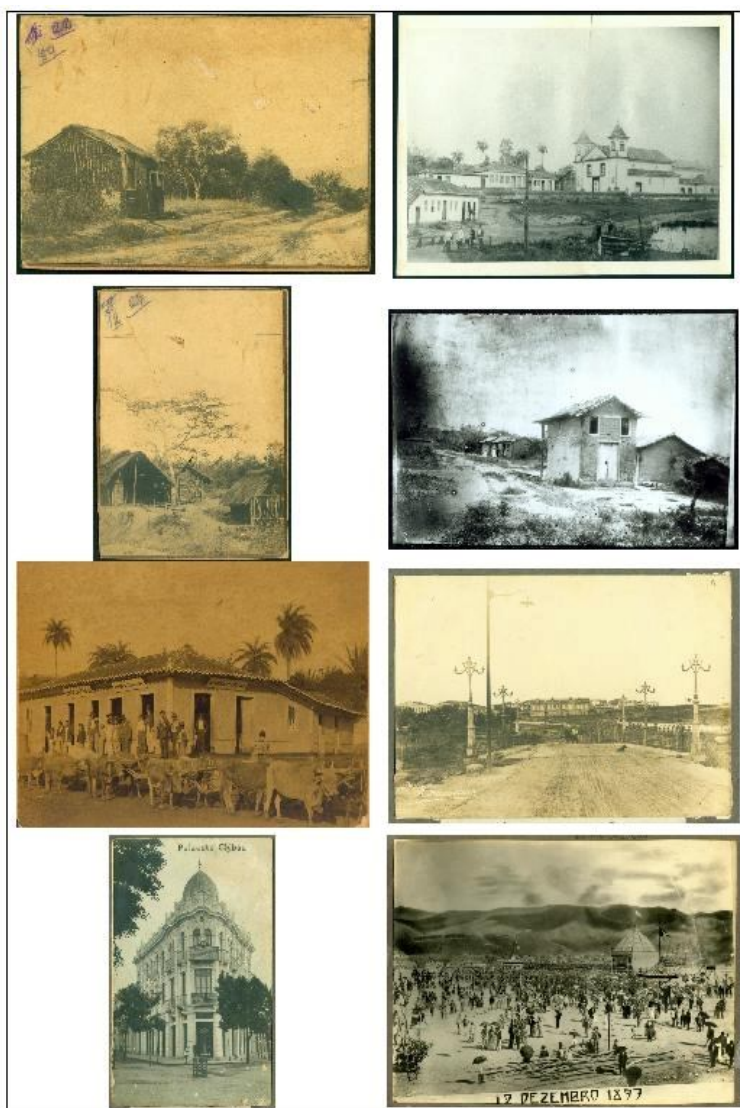


Figura 1: Fotografias de Belo Horizonte, produzidas pela Comissão Construtora. Antes e após o início das obras. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

As oito imagens aqui selecionadas para análise são exemplares do libreto elaborado pelo Gabinete Fotográfico em sua tarefa de registrar o

campo de experiência local, mas ao mesmo tempo elas indicam o horizonte de expectativa da própria Comissão Construtora. Elas explicitam os valores, os comportamentos e os compromissos que os moviam. Esses compromissos, sem dúvida alguma, acentuam a tensão entre o passado, por um lado, e o presente e o futuro, por outro. Ao destacar a dicotomia entre o antigo e o novo, o projeto de memória de Aarão Reis garantiu a necessária percepção, por parte de seu auditório, da distância cada vez maior entre o antes e o depois - um momento de transição da decadência, tradição e deformidade para o elegante, belo, útil e moderno. Como se pode observar pelas imagens, essa relação não se concentra apenas nos elementos urbanos do sítio. Estão presentes também nos elementos sociais que originalmente compunham aquele ambiente. No *antes* podem ser observadas construções rústicas, deselegantes e fundidas com a natureza - carentes, portanto, dos elementos civilizatórios básicos para o desenvolvimento da vida humana. Mesmo quando a fotografia destaca os tipos sociais, fá-lo apenas para demonstrar a pouca fixação dos valores e dos elementos da vida moderna (figura 1: Fotografias 1 a 5). No *depois*, ao contrário, a vida, a racionalidade, a beleza plástica e a civilização moderna são os principais temas. Esses elementos tematizam o nascimento de uma nova sociedade, de um novo estilo de vida - portanto, do novo mundo, originado da técnica e da razão aplicada (figura 1: fotografias 6 a 8). A demolição de todas as casas que se encontravam no perímetro urbano estabelecido pela planta da nova capital tinha, pois, o objetivo de realizar uma verdadeira *toilet* urbana e social (SALGUEIRO, 1997), eliminando do espaço urbano os vestígios da antiga cidade orgânica que historicamente havia sido implantada, para que o sítio se tornasse propício para o estabelecimento do útil e do belo.

Ora, essa unidade intencional pré-elaborada, explícita tanto nas orientações burocráticas da Comissão quanto no cumprimento de sua função memorialista, possui uma direção definida: transmitir às gerações futuras a ideia de um passado – até então presente –, incorporado naqueles registros, capaz de revelar seu verdadeiro significado, “tal como ele ocorreu”. Em que pese ao constante processo de conservação dos documentos gerados pela Comissão Construtora da Nova Capital, realizado pelas instituições preservadoras de memória, em especial, do

Arquivo Histórico Abílio Barreto³, a proposta inicial, como vimos, foi gestada e eficazmente realizada pela própria estrutura burocrática da Comissão, que tinha em Aarão Reis sua figura central. Assim, este processo inicial de arquivamento da Comissão Construtora da Nova Capital é uma espécie de sistema que instaura os enunciados como acontecimentos e coisas a partir de um jogo de relações que garante as possibilidades de existência de um discurso. Explicita uma lei acerca “do que pode ser dito”, além de definir suas possibilidades de existência. Essa convergência entre documentos, instituições e práticas portadoras de significações que podem ser comuns a toda uma época incide diretamente na constituição documental, como lembrou Foucault (2005, p. 146-147). Ao inverter a direção do olhar sobre os documentos, este autor pergunta pelo “princípio segundo o qual podem aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados”, ou seja, a lei de raridade, que estabelece o que é conservável e o que deve ser excluído.

Essa estratégia de composição documental preexistente, construtora de um sentido, formada por comunicações, registros técnicos, fotografias, projetos e o Álbum é apenas um dos mecanismos que nos permitem perceber esse projeto de memória da Comissão: preservar para o futuro todos os vestígios que pudessem auxiliar o conhecimento sobre um evento que, sabiam, ficaria para a história. Nesse sentido, podemos entender o *corpus* documental que nos legou a Comissão Construtora, como um arquivo, como uma lei do que pode ser dito, sua possibilidade de enunciação e seu sistema de funcionamento.

b) A pedagogia da Nação

Além do interesse em preservar os vestígios do passado em função da consciência da importância do empreendimento que estavam executando, o projeto de memória da Comissão Construtora da Nova Capital também agia no campo do imaginário social, por meio do seu simbolismo militante. Tendo como objetivo a investigação sobre as formas de legitimação do regime republicano no Brasil, Carvalho estabeleceu uma relação pragmática entre política e imaginário, ao compreender que

³ O processo de transmissão e conservação do conjunto documental que se constitui, atualmente, num fundo específico do Arquivo Histórico Abílio Barreto, embora não seja objeto dessa pesquisa, pode ser reconstituído por meio do excelente trabalho realizado por Julião (1997).

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (1990, p. 10).

Muito embora esse imaginário possa ser expresso nas mais variadas ideologias e utopias, a simbologia, os mitos, rituais e alegorias funcionam, segundo aquele autor, como elementos poderosos, capazes de projetar “interesses, aspirações e medos coletivos”. Procedimento semelhante pode ser encontrado na concepção de cidade que permeia o projeto de Belo Horizonte; mas seu exemplo maior está na elaboração do plano urbano geral da nova capital. Em sua descrição do projeto, Aarão Reis já estabelecera os parâmetros nos qual havia se baseado para denominar as ruas e praças e realizar a toponímia de Belo Horizonte:

Vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo. Com a apresentação destas plantas fica encerrado o primeiro período – senão o mais trabalhoso e árduo, ao certo o mais importante – da espinhosa tarefa que me foi cometida pelo Governo do Estado de Minas Gerais (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 1, 1895, p. 60).

Se no caso da simbologia republicana, a Bandeira Nacional, Tiradentes, o Hino Nacional e a figura feminina da República cumpriram esse papel, superando os obstáculos internos ao próprio ideário republicano e suas distintas correntes, no caso de Belo Horizonte, o estabelecimento das principais referências a partir das quais a cidade seria pensada, não foi motivo de debate. Como demonstra Aarão Reis no documento citado, a referência a estados e cidades brasileiras, marcos naturais, datas e grandes homens, estabeleceu as expectativas projetadas para aquele centro urbano, na medida em que utilizou certas simbologias que construíram, em seu conjunto, um determinado campo político e social, ao mesmo tempo em que trabalhou em sua legitimação.

Magalhães & Andrade (1989) interpretaram essa explícita utilização de vultos e datas históricas e denominações geográficas como uma correspondência, consciente ou não, à doutrina positivista da qual

Aarão Reis era representante: o espaço natural, o espaço potencializado e o espaço progressivo, que reforçariam o potencial republicano do projeto de Belo Horizonte. Apesar de todas as referências ao regime monárquico terem sido excluídas da toponímia urbana, é possível encontrar um universo simbólico que extrapola os limites formais da República. Isso porque a planta de Belo Horizonte desejava construir uma história daquilo que o engenheiro entendia como nacionalismo republicano, vinculado a nomes como Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant⁴. Assim, as avenidas que se cruzavam ou confluíam para as praças possuíam nomes relacionados a elementos geográficos, mas também aos indivíduos fundadores do Brasil como Nação. Consagravam eventos que orientaram o seu sentido, como o Quinze de Novembro, mas não movimentos revolucionários ou que colocassem em xeque o Estado brasileiro (à exceção da Inconfidência, compreendida em sua versão tradicional como um movimento de caráter nativista e independencista). As ruas seguiam o mesmo princípio, mas em escala reduzida, dentro da visão regional sobre a formação da Nação (LISTAGEM, s/d.). Ela incluía também outros elementos que compunham o imaginário de Aarão Reis, como, por exemplo, a referência ao Esperanto, com o qual o engenheiro possuía certas afinidades (SALGUEIRO, 1997).

Além disso, ao dimensionar os próximos passos do processo construtivo, o engenheiro revelava a tendência centralizadora que dominava seu pensamento político, na medida em que definia a função do Estado dentro do processo construtivo e do gerenciamento da nova capital. Em seu relatório inicial, de 1894, o chefe da Comissão Construtora já apontava esse caminho:

Penso que de modo algum convirá a edificação da nova cidade por meio da concessão do uso e gozo de serviços públicos a um sindicato, ou empresa, que, em troca das vantagens a auferir, se obrigue a executar todas as obras, inclusive a construção dos edifícios. Tal sistema (...) teria como

⁴ “Os republicanos veneradores da memória do Inquebrantável Defensor da República na sua mais antiga crise, desejando aproveitar a data para render-lhe uma homenagem, vem pedir que seja dado à atual avenida da Liberdade o nome de Marechal Floriano”. De forma direta e concisa Francisco Bicalho indefere o pedido justificando que a ele não compete mudar nomes de ruas, batizadas por Aarão Reis, mas apenas via decreto já que a planta foi aprovada também por decreto (SOLICITAÇÃO, 28 jun. 1897). Nota-se, neste caso, a existência da bipolarização pela definição do *founding father*, da República. Daí porque o Marechal de Ferro foi “excluído” da nova capital.

consequência colocar a Municipalidade da futura cidade, por muitos anos, nos mais sérios embaraços financeiros (...). Só ao Estado – que dispende aliás de respeitável soma inativa, que está apenas vencendo as insignificantes taxas das contas correntes, terá de auferir da edificação da nova capital incalculáveis lucros indiretos – convirá aplicar à execução das obras parte daquela soma, contentando-se com a amortização lenta e os lucros futuros provenientes das sucessivas vendas, que for realizando, dos terrenos com que ficar (RELATORIO, 1893, p. 71-72).

Um último aspecto chama a atenção quando da elaboração da planta de Belo Horizonte: as dimensões do desenho produzido pelo próprio Aarão Reis; 1,40m X 2,00m. Em *As cidades invisíveis*, Calvino (1990) faz referência aos mapas do reino de Kublai Kan, que se propunham ser tão perfeitos que possuíam o tamanho do próprio território representado.



Figura 2: Planta Cadastral da Nova Capital de Minas Gerais enfatizando suas dimensões naturais. Fonte. Museu Histórico Abílio Barreto.

Não muito distante disso, as dimensões da planta de Belo Horizonte possuíam também uma função simbólica: transformar um documento oficial de seu presente num *monumentum*, isto é, num sinal do passado que se ocupa de uma das principais funções do espírito (*mens*), a memória (*memini*) (LE GOFF, 1996, p. 535). Seu poder de perpetuação se faz presente porque consegue cristalizar um determinado sentido para sua necessidade de presença no futuro. No caso da planta de Belo Horizonte, sua elaboração consagrou a mesma estratégia visual já colocada em andamento tanto com a divulgação de “reproduções ligeiras” da planta, com a declaração dos compromissos político-ideológicos explicitados na toponímia urbana (ruas, avenidas, praças) e figurações arquitetônicas (o ecletismo, o apelo republicano das imagens em frontões, cartelas, frisos, fachadas e armas dos edifícios públicos) e com o sentido dado à produção das imagens fotográficas.

Além de cristalizar um determinado tipo de história da Nação em suas linhas (harmônicas, republicanas, positivistas e associadas à figura do Estado), o projeto de memória de Aarão Reis também assimilava à Cidade de Minas uma concepção urbanística típica da modernidade europeia do século XIX. Daí por que a cidade era vista pelo engenheiro-chefe como um ambiente promotor da mudança social, do desenvolvimento material e espiritual dos habitantes da nova capital. A *toilet* social executada no local de sua instalação, como vimos, é reveladora deste aspecto. Ao mesmo tempo, esse ideal moderno de transformação social por meio da transformação da paisagem, de crença na possibilidade de controle social via racionalidade técnica, identificada nos conceitos utilizados nas correspondências internas e documentação oficial da Comissão, era também associado aos atributos pessoais de Aarão Reis.

c) O Homem e a obra

Ao projetar na planta de Belo Horizonte suas próprias concepções de mundo, Aarão Reis fazia mais do que representar o ideal positivista que predominava nos primeiros anos da República Brasileira. Ele procurava produzir uma simbiose entre a nova capital e sua autoimagem, como forma de unir a si próprio à memória da cidade que projetava. Ao analisar o problema da experiência do tempo entre os gregos, Domingues (1996, p. 33) descreveu um tipo de fenômeno semelhante àquele empreendido pelo engenheiro-chefe. Nos dois casos observa-se uma forma de evasão do tempo que tem por base a ideia “de que os homens passam e as obras ficam, e de que só a reputação ou excelência da ação pode resistir ao tempo e durar indefinidamente”. Na

análise daquele autor, essa ideia estava impregnada da cultura grega, determinando, inclusive, os critérios morais para o julgamento da trajetória de um indivíduo. No caso ora analisado, entretanto, essa concepção de mundo estava impregnada na forma como Aarão Reis definia suas atitudes no comando da Comissão Construtora, em suas elaborações implícitas. Em sua apresentação do relatório de 1893, por exemplo, o engenheiro dispunha sobre os objetivos e princípios que até aquele momento nortearam e continuariam norteando seus trabalhos:

O sentimento de grata admiração que cada vez mais me domina em relação ao belo e florescente Estado de Minas Gerais, que tão salutareos exemplos práticos está oferecendo da excelência do novo regime constitucional em boa hora inaugurado na nossa Pátria, e também – para que não confessá-lo? – o desejo de corresponder, mais uma vez, á honrosa confiança, pessoal e profissional, com que V. Ex. de longa data me distingue – determinaram-me a aceitar a árdua incumbência, para que V. Ex. convidou-me, quando o tempo disponível para desempenhá-lo era já demasiado escasso para permitir resultado que a mim próprio satisfizesse.

Aceita a tarefa, procurei habilitar-me a corresponder á lisonjeira expectativa de V. Ex.^a, suprimindo a minha insuficiência por meio da colaboração eficaz de colegas que, por notória competência e prova de dedicação pelo serviço público, ma oferecessem sólidas garantias de superar – por decidida boa vontade e esforços decisivos – a deficiência desesperadora do tempo.

Se, pois posso apresentar, neste momento, a V. Ex. um trabalho que, embora incompleto, excede às razoáveis exigências das Instruções, devo-o apenas ao acertado plano de estudo que adotei e á valiosa cooperação que logrei obter de colegas que não duvidaram correr risco de perder melhores ensejos de colocações vantajosas, comprometendo-se a colaborar comigo num trabalho aleatório e que tinha de ser executado nas mais ingratas condições de prazo (...).

Não sendo natural de Minas Gerais, nem tendo aí o mínimo interesse pessoal direto ou indireto, e animado, por outro lado, dos sentimentos a que já me referi, encontrei-me e encontro-me felizmente, no exame e estudo do assunto, com a mais perfeita isenção de ânimo e de espírito, sem predileções prévias e, mesmo agora, sem paixões adquiridas; fazendo os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada, embora divirja da decisão suprema do *Congresso Legislativo*, das indicações que ofereço como resultado do meu

estudo comparativo e baseado nos dados *positivos* reunidos pelos meus distintos colegas, que igualmente se acham em idênticas condições, visto como evitei cautelosamente recorrer à colaboração de profissionais mineiros a cuja cooperação já tenho aliás devido, em outras comissões, os melhores serviços. Nestas condições, julgo-me no direito de usar de inteira franqueza, sem preocupar-me de que certas verdades possam desagradar, de qualquer modo, àquelas pessoas que, deixando-se dominar por mal-entendido espírito bairrista, não antepõem as altas conveniências do Estado às mais bem fundadas predileções e aos mais legítimos interesses (RELATORIO, 1893, p. 09-11 – ortografia atualizada).

A citação é longa, mas importante por muitos motivos. Em primeiro lugar, destaca-se a crença no papel saneador das instituições republicanas recém-inauguradas após o golpe de 15 de novembro e no predomínio da ciência sobre as condições mais adversas (neste caso, o tempo escasso para a realização dos trabalhos de escolha do sítio mais propício) como os dois grandes móveis dessa declaração de intenções. O mais importante, porém, é a implícita valorização da ação pessoal de Aarão Reis à frente da empreita, percorrendo toda essa longa exposição de motivos e justificativas sobre o transcurso inicial de seus trabalhos. A apresentação na primeira pessoa é apenas o indício mais simples de sua estratégia expositiva. Estão dispostos: o interesse em corresponder à confiança depositada por Afonso Penna em sua pessoa; o altruísmo, próprio de quem teve que enfrentar uma “árdua incumbência” em tempo tão exíguo como o estipulado – cujo resultado, é importante anotar, estaria aquém de suas reais condições; os critérios para a formação da equipe de auxiliares; a declaração de superioridade do relatório final em comparação às exigências iniciais; a metodologia de trabalho por ele adotada e transmitida à sua equipe; sua total neutralidade em face de tão importante acontecimento político, econômico e social para o futuro de Minas Gerais; sua divergência em relação à decisão do Congresso Legislativo – baseada, como bem ressalta, não em paixões políticas, que implicitamente julga terem norteados a decisão dos deputados, mas em “dados positivos” – e por fim, sua preocupação com os interesses do Estado acima de quaisquer outros. Seu discurso é, com efeito, uma apresentação de si, de sua profissão de fé, de seus esforços, de seu *currículum*. Ora, esse mesmo esforço de autorreferenciação está curiosamente implícito nos dois volumes da Revista Geral dos Trabalhos; esforço que indica, segundo penso, a necessidade de inversão do procedimento de leitura dessas fontes: ao invés de um documento

revelador do grau de tecnificação e racionalidade, empregado na execução dos trabalhos da nova capital, este relato detalhado apresenta-se como uma espécie de apêndice daquilo que realmente importa ao projeto de memória de Aarão Reis: a escrita de si.

Seguindo este princípio heurístico, o exame deste material permite destacar certos atributos do engenheiro-chefe: altruísmo, probidade e racionalidade no trato com a coisa pública. Este último adjetivo é o mais evidente. Está explícito, seja nos desenhos de plantas seja na ênfase numa argumentação baseada no exame técnico dos elementos necessários à construção da nova capital. Daí a atenção à descrição minuciosa da tarefa de medição, cálculo e redução de distâncias, triangulações para a determinação dos pontos notáveis da região, os projetos de canalização das águas, assim como seus respectivos cálculos de capacidade, descarga e abastecimento, além do trabalho de contabilidade e fotografia. Os dois volumes da *Revista Geral dos Trabalhos* e o relatório justificativo da escolha do sítio de Belo Horizonte eram claros ao destacarem essa dimensão de empresa racional⁵. Sua publicação foi, em suma, a exaltação desse discurso técnico, cuja argumentação foi construída por fórmulas, tabelas e gráficos que procuraram demonstrar a seriedade, exatidão e confiança das informações ali contidas. Pode-se, assim, afirmar que não era um tipo de informação para ser lida por leigos: ela foi produzida para e por especialistas e não para políticos ou diletantes, muito embora a revista tenha circulado nos meios políticos, conforme foi anteriormente indicado. Assim, se por um lado a dimensão racional-modernizante estava explícita nestes documentos, o que se pergunta diz respeito aos motivos implícitos da divulgação irrestrita deste material. Sua função, neste caso, era reforçar a autoridade do discurso racional, que, por sua vez, garantiu a sua existência. Neste caso, mapas, gráficos, cálculos e tabelas reforçaram a imagem da primazia da razão dominando o espaço natural e civilizando-o. Outro exemplo dessa ênfase racionalizante de Aarão Reis foi seu argumento contra aqueles que julgavam lento o trabalho de levantamento de dados geodésicos e topográficos “que alguns julgam exageradas sem refletir que a planta da nova cidade, levantada sobre os dados fornecidos por aqueles trabalhos, terá de ser locada em terreno, onde não poderão *crescer* nem minguar os

⁵ O exemplo mais nítido está no processo de desapropriação do terreno onde foi construída a nova cidade. As negociações dos 207 processos, por mim pesquisados, foram conduzidas diretamente por Aarão Reis, a exceção de um deles, relativo à residência do próprio engenheiro-chefe. Também os relatos do Padre Francisco Martins Dias e de Alfredo Camarate referem-se a este aspecto (ARRAIS, 2008).

lotes em que for dividida a área da cidade” (JORNAL A FOLHA, 31 ago. 1893).

Por sua vez, altruísmo e probidade são atributos que ganham destaque, principalmente, no momento de sua saída da Comissão Construtora⁶. Aarão Reis já havia requisitado sua exoneração alguns meses antes de sua saída definitiva, quando Bias Fortes assumiu o governo de Minas; mas a exoneração foi negada, por considerar, o novo governador, conforme ofício arquivado pelo engenheiro-chefe, que

merecendo-me V. Sa. a mesma confiança que mereceu do meu digno antecessor, deixo de conceder-lhe a referida exoneração, esperando que continuará a exercer com a mesma dedicação e lealdade as funções inerentes àquele cargo.

Com a mais alta estima e consideração, seu Chrispim Jaques Bias Fortes (OFÍCIO, 18 set. 1894 – ortografia atualizada).

Somente em maio de 1895 o engenheiro se afastou definitivamente da frente da Comissão Construtora, alegando enfermidade “que exige repouso e tranquilidade absoluta por alguns meses” (ORDEM, 28 maio. 1895). Foi também em maio, após sua saída, que Aarão Reis se envolveu numa polêmica com Cesário Alvim. O motivo estava relacionado às acusações que este formulava contra Aarão Reis, no período em que permaneceu à frente das obras da nova capital. Em resposta à acusação de que possuía uma olaria em sociedade com parentes, para “fornecimento de materiais à futura La Plata Mineira” (JORNAL O Contemporâneo, 13 maio. 1895 – ortografia atualizada), Reis investiu contra o ex-governador:

Desde o tempo, que já vai longe, em que o general de hoje andava surrabando o meu venerado amigo sr. Saraiva, a cata de uma posição política (...) conhece-me ss. E sabe que gozei e

⁶ Em mensagem enviada a Aarão Reis por ocasião do aniversário do engenheiro, e cuidadosamente arquivada por sua equipe, Afonso Pena assim descreve sua escolha para a chefia da Comissão Construtora: “Executando lei constitucional do Estado, que traduzia ardente aspiração do Povo Mineiro, cumpri dever de governo leal, embora afrontando inúmeras contrariedades em época agitadíssima e cheia de perigos. Honro-me da boa escolha que fiz da comissão que por sua inteligência, dedicação e superior ilustração, sob vossa incomparável direção, tem dado à República o nobre exemplo do quanto pode alcançar o trabalho inteligente e assíduo na realização de elevados [ilegível], honrando os créditos da Engenharia Nacional” (ORDEM, 01 mar. 1895).

gozo da confiança de todos os homens sérios do meu país, quer antes de 15 de novembro a despeito de minhas convicções e do meu voto sempre conhecidamente republicano, quer depois dessa data em que nunca disputei posições que a meus antigos serviços de propaganda davam-me, aliás, mais direito do que aos garimpeiros de última hora, atirados ao nascente partido, como um osso imprestável, pelo desprezo dos que então dominavam.

Tendo atravessado a minha vida de cabeça erguida e agora mesmo tendo feito – para desempenhar-me da penosa tarefa que me foi imposta pela confiança de um estadista impoluto – até o sacrifício da minha saúde, dando 14 meses de insano labor, ao Estado de Minas Gerais o projeto completo, com seus principais detalhes, da sua nova capital, e assegurando-lhe a execução em cifra inferior a que os próprios otimistas fixavam – retiro-me da direção dos trabalhos exatamente quando os especuladores de toda sorte, inclusive os politiqueros começam a entrar.

Nem com uns, nem com outros hei de pactuar. Não porque conteste o direito que assiste a qualquer cidadão de exercitar sua atividade no comércio e na indústria; mas porque não sei compreender, e mesmo exercer, a dualidade dos que especulam com suas posições oficiais.

Acho tão ilícito e tão indecoroso ao engenheiro oficial *ter olarias para fornecer às obras que dirige* quanto ao chefe político, ao ex-presidente do Estado, ao ex-Ministro etc. advogar causas administrativas, valendo-se do prestígio emprestado por tais funções, proventos para empresas particulares (JORNAL O Contemporâneo, 23 maio. 1895 –ortografia atualizada).

Como se pode perceber, a defesa da probidade e da ética na condução da vida pública é que comandou o discurso de Aarão Reis. São estes os dois atributos que definem também a forma como o engenheiro-chefe via a construção de Belo Horizonte: termos como “penosa tarefa”, “trabalhoso e árduo período”, “espinhosa tarefa”, “penosa tarefa” e “insano labor” são constantemente utilizados nos documentos levantados. Enquanto que termos como lealdade, dever, sacrifício, dedicação, ilustração, entre outros, definem a visão que o engenheiro-

chefe tinha sobre seu trabalho⁷. Daí por que, em concordância com Salgueiro (1997), além de ser trabalho e obra, a função de Aarão Reis era entendida por ele como missão – civilizadora, patriótica e republicana – que, ao final, a tornaria indissociável da imagem de seu autor.

Dessa forma, mesmo após sua saída da chefia da Comissão Construtora, essa imagem será perpetuada, nublando a participação de Francisco Bicalho no processo de construção de Belo Horizonte. Essa associação já se encontrava relativamente definida após seu afastamento, como se deduz da análise do *menu* preparado para a viagem de trem, que iria inaugurar a nova capital, em 1897. Sua capa, ilustrada com o desenho de uma máquina a vapor e com os dizeres “Labor Omnia vincit” (o trabalho vence tudo), guardava um cardápio, escrito em francês, cujos pratos evocavam as principais referências ao momento comemorativo. As homenagens seguiram uma ordem de associação que relacionava Minas Gerais, a Belo Horizonte, à Comissão Construtora e, por último a Aarão Reis: “*Releve* – Rabale á Bello Horizonte; *Entrée* – Poulet sauté á Minas, Filet á Comissão Constructora; *Potis* – Pindé á Aarão Reis, Jambon de Bayone” (DÉJEUNER, 12 dez. 1897). Homem e obra já apresentavam, portanto, naquele momento, os fundamentos da associação que seria cristalizada na memória coletiva mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três elementos aqui destacados estabelecem, de maneira bastante esquemática, um percurso traçado pelo projeto de memória de Aarão Reis: preservar (arquivando os vestígios comprobatórios da ruptura ocorrida com a passagem de um mundo caracterizado pelo atraso e tradição, para um outro mundo, caracterizado pela modernidade), monumentalizar (estabelecendo uma relação propedêutica entre aquilo que se construía e aquilo que resistiria ao tempo, para inspirar as futuras gerações) e associar (produzindo relações, intuitivas ou sistemáticas, entre intenção e construção e fundindo-as em imagens pontuais). A aceleração temporal e a consciência da inauguração de um “novo tempo”

⁷ Em 31 de dezembro Aarão Reis, ao se despedir do cargo de chefe da Comissão Construtora assim descreve a si e ao seu trabalho: “E, do modo porque o vamos desempenhando dará publico testemunho, dora em diante, a Revista Geral dos Trabalhos desta Comissão que despretensiosamente apresento ao publico ilustrado do meu país, certo de que não me faltarão, nem a justiça para os meus leais esforços no fiel cumprimento de árduos deveres, nem a animação e os conselhos dos entendidos” (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 2, 1895, p. 6).

configuraram o campo de experiência com o qual a Comissão Construtora conviveu e que procurou administrar. Esse “novo tempo” estava, evidentemente, associado à apropriação do ideal de modernidade - uma forma paradoxal de experiência do tempo e do espaço que é sentida como um “turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 1987) e, fundamentalmente, de aceleração do tempo e distanciamento progressivo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Evidentemente, no caso brasileiro, esse processo de racionalização sofreu limitações e subversões que revelam o potencial criativo do processo de modernização brasileiro. O projeto de memória de Aarão Reis foi, nesse sentido, o tipo de resposta por meio do qual o ideal de modernidade pôde ser articulado e transmitido às futuras gerações.

Homem vaidoso e cioso de sua imagem, Aarão Reis, através do processo de construção de Belo Horizonte, conseguiu transmitir às gerações futuras uma imagem semi-humana: de engenheiro competente, positivista e republicano convicto, enfim, do ideal de homem moderno. Essa orquestração tornou-se, afinal, profundamente eficaz, na medida em que eclipsou as expectativas pessoais que fizeram com que Aarão Reis aceitasse e permanecesse à frente daquela obra: de fixar seu nome na história, conforme procurei demonstrar. A eficácia deste projeto pode ser comprovada na conservação daquela imagem para a Comissão Construtora, conforme as intenções de Aarão Reis, preservando e orientando os leitores do futuro quanto ao sentido legítimo (autorizado), às expectativas e às realizações dos homens do passado.

REFERÊNCIAS

ALBUM contendo vistas do Arraial e reproduções de plantas e projetos arquitetônicos da Nova Capital, elaborado pela Comissão Construtora. Belo Horizonte: s/ ed., s/d.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções urbanas*: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Belo Horizonte, 2008. Tese (Doutorado em História) - UFMG.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARTAS recebidas ao Gabinete do Ministro da Indústria e ao Gabinete do Diretor da Secretaria do Senado Federal, ao representante da Comissão Constructora da Nova Capital de Minas. 14 jan. 1896 e 02 jul. 1896

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONTRATO firmado com o fotografo Erhard Brand para a organização do Álbum fotográfico de vistas de Belo Horizonte e obras. 29 abr. 1895.

DÉJEUNER – Menu. Belo Horizonte, 12 dez. 1897.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. São Paulo: Iluminuras, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

INSTRUÇÕES pelas quais se deve guiar a Comissão incumbida do Estudo das cinco localidades indicadas para a futura capital do Estado de Minas Geraes, aprovadas pelo Governo por despacho. 9 dez. 1892.

JORNAL A FOLHA – Barbacena, 31 ago. 1893.

JORNAL O Contemporâneo - Sabará, 13 maio. 1895; 23 maio. 1895.

JULIÃO, Letícia (org.). *Velhos horizontes*: um estudo sobre a moradia no Curral Del Rei. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 1997.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte*: itinerários da cidade moderna (1891-1920). Belo Horizonte, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1883-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

LISTAGEM contendo nomes de praças, ruas e avenidas urbanas e suburbanas de Belo Horizonte. s/ed.; s/d..

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique dês lieux. In.: *Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OFÍCIO enviado a Aarão Reis pelo Governador Bias Fortes. Ouro Preto, 18 set. 1894.

ORDEM de serviço nº 71. 01 mar. 1895.

ORDEM de serviço nº 78. 28 maio. 1895.

OSÓRIO, Paulo. *La création de Belo Horizonte: jeu et enjeu politiques*. Grenoble, 1981. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Université des Sciences Sociales de Grenoble.

PASSOS, Lauro. *A metrópole cinquentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947)*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG.

RELATORIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (Presidente do estado) pelo engenheiro civil Aarão Reis. Comissão d'estudos das localidades indicadas pra a nova capital. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jan.-maio. 1893.

RESENDE, Maria Efigênia Lara. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 39. Belo Horizonte, 1974.

RESENDE, Maria Efigênia Lara. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1909)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 1. *Comissão Construtora da Nova Capital*. 1895.

REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, v. 2. *Comissão Construtora da Nova Capital*. 1895.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In.: SALGUEIRO, Heliana Angotti. (org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SAMUEL, Rafael. Teatros de memória. *Projeto história*. São Paulo, n. 14, 1997.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

SOLICITAÇÃO de vinte e nove republicanos, pedindo a mudança do nome da Avenida Liberdade para Marechal Floriano Peixoto 28 jun. 1897.